

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*ETEVALDO DIAS — *Diretor (Brasília)*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*

O Brasil que Funciona

As denúncias e as investigações da CPI podem ter deixado a sociedade e alguns ministros perplexos, mas não conseguiram paralisar as atividades do governo. Há expectativa, mas não sobressalto político. As medidas de estímulo à atividade econômica aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, por sugestão do ministro da Economia, e os 22 projetos enviados para apreciação durante a convocação extraordinária do Congresso, garantem um satisfatório grau de normalidade política.

A sociedade brasileira reconhece no ministro Marcílio Marques Moreira uma das personalidades mais íntegras e uma das cabeças lúcidas do governo. Seu ingresso no governo, em maio do ano passado, começou a mudança para qualificar o Ministério, que se completou com os nomes de peso honrado na última reforma ministerial.

O ministro Marcílio Marques Moreira resgatou na condução da economia um princípio essencial para qualquer sociedade: a ética no mundo dos negócios. Tanto da parte do governo — ao não reservar surpresas fiscais e *pacotes* para as empresas, os contribuintes e os consumidores — como nas relações entre os agentes econômicos.

Para esses, o governo acenou pela primeira vez, em muitos anos de história econômica brasileira, com a introdução da liberdade de mercado. Os *pacotes*, choques e truques foram banidos do arsenal de medidas econômicas. Em seu lugar voltaram a ser respeitados os princípios legais e éticos do Direito e a ortodoxia elementar em matéria econômica: a subordinação dos gastos públicos à capacidade da receita fiscal.

A privatização e a desregulamentação das atividades empresariais diminuem a intervenção do Estado. O fim das reservas de mercado, a redução das alíquotas de importação e a maior liberdade para os capitais procuram enfraquecer a ação dos cartéis, ampliar a competitividade da produção nacional e inserir o país na internacionalização da economia.

Medidas modernizadoras vêm sendo votadas e implementadas nas áreas portuárias, na concessão de serviços públicos à iniciativa privada e nas patentes industriais. A taxa de câmbio não retém qualquer

defasagem, tanto que as exportações e as reservas cambiais batem recordes. Depois de seis anos de conflitos, as relações com a comunidade financeira internacional caminham para um clima favorável. Quase todos os preços da economia foram liberados sem que a inflação explodisse.

Para isso muito contribuiu a aplicação de uma política agressiva de juros reais — que se antecipa aos movimentos de alta de preços, inibe manobras especulativas, retrai os negócios e agrava o quadro de recessão e desemprego. O alívio dessa política depende de avanços no ajuste fiscal, cujo prosseguimento aguarda a decisão do Congresso.

As decisões tomadas pelo CMN revelam, no entanto, que o governo mostra-se atento aos anseios da sociedade de recuperar o crescimento sem incorrer nos riscos de retorno da inflação. A retirada da camisa-de-força do crédito direto ao consumidor e a permissão para reabertura dos consórcios de automóveis foram medidas coerentes com o ideário liberal da política econômica do ministro Marcílio Marques Moreira. Com os preços e os juros liberados, o próprio mercado (empresas e consumidores) saberá usar com eficiência a liberdade de escolha.

Mas a impaciência quanto aos resultados do combate à inflação (estacionada há meses na faixa de 20% mensais) tem se traduzido na exacerbção do pessimismo por parte de empresários e consultores econômicos. Louvam-se mais as perdas do que os lucros do governo.

As derrotas junto ao Supremo Tribunal Federal — na aplicação da TR em contratos antigos do Sistema Financeiro da Habitação e no pagamento dos 147% aos aposentados — foram mais destacadas do que o reconhecimento, pelo mesmo STF, da legalidade do Finsocial a partir de 1989. Os Cr\$ 700 bilhões devidos ao Finsocial representarão considerável reforço de caixa para o Tesouro e a área da Saúde antes de aprovado o ajuste fiscal. É que as instituições financeiras (que pagavam as maiores alíquotas) vinham depositando o Finsocial em juízo. Com a publicação do acórdão do STF, a cobrança judicial será automática. A descrença não deve vencer a esperança de dias melhores na economia.